

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AValiação ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

Celina Fernandes Almeida Manso

PALAVRAS-CHAVE: Armando Augusto de Godoy; Urbanismo; Cidade Moderna; Rio de Janeiro; Goiânia.

RESUMO: O artigo focaliza, a partir de uma interpretação das concepções e interlocuções de Armando Augusto de Godoy, o campo da cultura urbanística em construção no Brasil, entre as primeiras décadas do século XX. Suas interpretações e narrativas constitui importante legado de informações da urbanística brasileira apreciadas nas décadas de 1920 e 1930, sendo referências para os estudiosos da cidade nos dias atuais. Seus deslocamentos espaciais permitiram que participasse das transformações urbanas do Rio de Janeiro, quando ainda capital da primeira república, e da mudança da capital do Estado de Goiás, quando da concepção e construção do núcleo urbano inicial de Goiânia. Representante ativo da engenharia brasileira Godoy revela possuidor de vasto conhecimento especializado, tendo visitado importantes cidades norte-americanas e europeias. A sua trajetória profissional esteve vinculada a uma atuação cuidadosa e definitiva em proveito da coletividade. Destaca-se por apresentar espírito educador, pesquisador e articulador de problemas relacionados à cidade.

INTRODUÇÃO

O urbanismo, entendido como testemunho de um vasto conjunto de práticas da continua e consciente modificação do estado do território e da cidade, tem como objetivo controlar o crescimento da cidade e sistematizar a cidade existente. É com a formação deste campo disciplinar que emerge a ideia do planejamento para dar respostas a situações precárias nas cidades. A forma epígrafe, com a qual o engenheiro Armando Augusto de Godoy abre a sua coletânea de artigos e conferências reunidas no livro *A urbs e os seus problemas* (Godoy, 1943)¹, poderia ser entendida como uma mera definição da palavra urbanismo. Contudo a frase traz eixos fundamentais de sua opção teórica como homem público e ativo divulgador do pensamento urbanístico. Conhecer sua atuação profissional, suas estratégias e as relações sociais que estavam interagindo no processo de constituição

1. Constam nessa publicação seis textos escritos a partir do quinto ano de comprimento do dever inerente ao cargo de engenheiro municipal na capital republicana: 1925 - "A questão social das pequenas habitações no Rio"; 1926 - "A evolução das cidades e a urbs moderna"; "Necessidade inadiável de um plano de remodelação para o Rio de Janeiro"; "O elemento fundamental da vida e das transformações urbanas"; "A subordinação da estética e da salubridade das cidades à divisão dos terrenos"; e 1927 - "Uma nova fase para o Rio de Janeiro";

do urbanismo no Rio de Janeiro se faz necessário para entender esse campo de conhecimento conformado simultaneamente com novas práticas que, *ao rastrear-las, pode-se perceber que a construção de seu objeto, isto é, um olhar científico sobre a cidade, esteve articulado também à confecção de seu ideário, pois envolveu novas formas de leituras da realidade cidadina.* (Silva, 2003, p. 87)

Esta constitui a opção mantida em seus escritos, conferências e planos urbanísticos ao longo de vinte e quatro anos de exercício profissional. Interpretar como Armando Augusto de Godoy decodifica essas noções em seus escritos constitui um exercício que propomos esboçar neste artigo, como etapa inicial de um estudo mais amplo, cujo objetivo, após levantar o campo conceitual base dos escritos e o modo como o organiza ao articular os problemas da cidade do Rio de Janeiro, é avaliar a coerência entre argumentos e atuação profissional ao validar a mudança da capital do Estado de Goiás, em 1933, que resultou na elaboração do plano de urbanização para a nova capital do estado concebido, e parcialmente implantado, por Atílio Corrêa Lima entre os anos de 1933-1935.

Com vistas de conhecer o modo pelo qual as noções acima citadas compõem os argumentos de Armando Augusto de Godoy, destacam-se as transformações urbanas do Rio de Janeiro e também a concepção e construção da forma-espaço do núcleo urbano inicial de Goiânia. As concepções urbanas presentes na tessitura física dessas duas cidades permitem discutir a tarefa e atuação dos engenheiros no final do século XIX e início do século XX. Ler diferentes linguagens – a escrita e a iconográfica, esta última nem sempre presente na trama discursiva de Armando Augusto de Godoy é o desafio. Nesse procedimento observar-se o modo como as imagens atuam em dupla dimensão, a de elemento de persuasão, quando na forma de esboços traçados, e a de convencimento entre os pares, quando o desenho urbano é usado como ferramenta de expressão conceitual. Interessa discernir no agenciamento dessas linguagens a dimensão política dos argumentos de Armando Augusto de Godoy. Nesse artigo, metodologicamente o recorte temporal foi definido pelos textos publicanos entre décadas de 1920 e 1930 contidos no livro *“A urbs e os seus problemas”* (Godoy, 1943).

NO RIO DE JANEIRO: O MODO DE PENSAR E FAZER A CIDADE

Armando Augusto de Godoy nasceu na cidade de Volta Grande, em Minas Gerais, e lá permaneceu até 1892. É na cidade do Rio de Janeiro, que sua ação e emergência se dão. Como ator social ele foi empregado no comércio, estudante, engenheiro civil pela Escola Politécnica, urbanista, funcionário público, escritor, palestrante, conferencista, Ex-Lente Catedrático do Colégio Militar e Ex-Presidente da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, com atuação profissional em importantes lugares institucionais para a prática e divulgação do urbanismo.

Ao longo de sua vida, Armando Augusto de Godoy se formou urbanista no exercício cotidiano das suas atividades como servidor público. Colaborou para várias publicações de artigos, e vê na escrita uma forma de manter a sua voz, um modo contínuo de questionamento e reflexão sobre a realidade ao seu redor e sobre as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro. A carência de infraestrutura urbana deste período, fez com que engenheiros, técnicos da prefeitura, médicos sanitaristas e intelectuais discutissem e reclamassem uma solução para o crescente problema.

Os princípios adotados nas intervenções urbanas brasileiras no início do século XX estavam fundamentados no modo-de-fazer português do período colonial a partir da chegada da corte real na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. Neste processo de mudança torna-se necessário desvincular a cidade de sua característica e fisionomia colonial. Com as grandes transformações, as contradições sociais se tornaram evidentes, acentuadas pelas fortes epidemias. Novos hábitos eram necessários e a desprovida colônia precisava de um governo organizado e de instituições administrativas, de escolas, estradas, bancos, fábricas para sua adaptação à função de sede do Império.

Armando Augusto de Godoy descreve as primeiras grandes transformações urbanas e os seus principais autores no Rio de Janeiro. Entre os auxiliares do presidente Rodrigues Alves na remodelação da capital republicana, destaca o nome do prefeito Francisco Pereira Passos, no projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro (1902-1906). O Rio de Janeiro e a questão nacional sempre estiveram profundamente correlacionados na história do Brasil. Assim na fase de Pereira Passos, observa-se no Rio de Janeiro a construção de uma nova cenografia e de novos emblemas.

A proposta de abertura de ruas retilíneas cortando a cidade velha só será realizada no início do século XX, no momento da “modernização” da cidade do Rio de Janeiro. Pereira Passos coloca em prática a primeira intervenção sistemática e direta do Estado sobre o espaço urbano na capital da República. Por outro lado, neste período na Europa, os *travaux publics* – as grandes aberturas de vias do barão Haussmann, em Paris, as experiências do Ring e depois da rede ferroviária metropolitana, em Viena, o exemplo de um possível desenvolvimento radial, em Berlim, são eventos que revelam o papel exemplar das cidades capitais de maior e mais rápidas transformações no setor comercial e de serviços, e também na densidade do tecido edificado, mas sobre tudo, lugares de crescimento incontrolável em direção as áreas periféricas, mesmo conservando aspectos fundamentais de sua fisionomia. (Calabi, 2012. p. 167/189).

NA REMODELAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL: O URBANISMO

Para Armando Augusto de Godoy um plano geral e completo de remodelação do Rio de Janeiro deveria corresponder à “*sublimidade do grandioso cenário*” em que ela vivia e se desenvolvia. No movimento de mudanças e modernização, o Rio de Janeiro desempenhou um papel importante na definição do novo perfil da nação brasileira. É nessa conjuntura que surge Alfred Hubert - Donat Agache. A ideia da contratação de um técnico engenheiro foi sugerida por Mariano Filho e encampada de imediato por Armando Augusto de Godoy, que como chefe da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, sugeriu uma lista de quatro nomes para o prefeito Prado Junior, recomendando:

Antes de tudo, mister e que se organize um plano completo de remodelação, compreendendo o aperfeiçoamento de todos os órgãos urbanos, plano que só pode ser traçado por um urbanista com a competência técnica e o bom gosto de um Stübben, de um Bennet, de um Jausseley, de um Agache, o glorioso autor da capital da Austrália. (Godoy, [1926] 1943, p. 33)

Armando Augusto de Godoy defendera a ideia da contratação de um urbanista de larga experiência não só para realizar o referido plano, mas também para formar um quadro profissional na administração pública da qual fazia parte. O olhar sobre a cidade, neste período, passa de uma análise meramente estética espacial para uma leitura social da mesma.

Percebe-se que na sua atuação profissional no Rio de Janeiro, ele teve sempre sintonizado com a prática profissional urbanística do exterior, o que levaria a elaboração de uma concepção urbanística em diálogo com o pensamento urbanístico internacional. Dos engenheiros da Prefeitura, à época, foi ele quem escrevera sobre o Plano Geral de Remodelação do Rio de Janeiro denominado “Plano Agache”. Para ele este plano encerra soluções aceitáveis para várias questões fundamentais da Cidade do Rio de Janeiro.

Como técnico ele procurou defender o “Plano Agache” como uma das grandes conquistas feitas pela cidade. Como figura central no debate sobre o urbanismo no Brasil, a atuação profissional de Armando Augusto de Godoy torna-se fundamental para compreensão do processo de consolidação da disciplina urbanismo no País.

As visões alternativas sobre o que seja uma boa cidade, presentes no movimento urbanístico internacional nos anos de 1880 a 1940, fizeram parte do contexto cultural de Armando Augusto de Godoy. Ao defender na imprensa a contratação de um urbanista para a remodelação do Rio de Janeiro, demonstrou estar atualizado com a prática profissional no exterior. Para a adequada elaboração de um plano de remodelação, ele considera imprescindível a concorrência de três condições: o conhecimento do tecido urbano existente, o estabelecimento de um programa de transformações e de expansões e as condições de viabilização financeira sob a responsabilidade da municipalidade.

Nas suas palavras podem ser identificadas as ideias norte-americanas que

durante os anos 1920 e 1930 foram aplicadas pelo grupo de planejadores da *Regional Planning Association of America* a uma grande variedade de contextos britânicos. Nesse período, os profissionais americanos e britânicos mantiveram imenso tráfego transatlântico em ambos os sentidos, como evidenciado nesta citação de Peter Hall (1988):

Thomas Adams atravessa o oceano quase todos os anos, entre 1911 e 1938; Stein e Wright encontram-se com Howard e Unwin na Inglaterra em 1923; Geddes entrou em contato com a “Regional Planning Association of America”, em 1923, Unwin e Howard em 1925. (Hall, 1988, p.191)

Ao defender a ideia da elaboração de planos globais de remodelação da cidade, Armando Augusto de Godoy toma como parâmetro a contemporânea disciplina do *town-planning* dos ingleses. Considera inadmissível a remodelação de trechos de uma metrópole, como praças, avenidas, seguindo a orientação de um simples sonhador e sem levar em consideração as necessidades plenas da cidade. Daí, o grande valor que atribui ao urbanismo. No seu entender, a administração pública e o meio social e político são elementos fundamentais para o sucesso da organização e a correta aplicação de um plano geral de remodelação da cidade. A diminuição dos gastos públicos é um dos argumentos usados por ele para a adoção de um plano nacional, sistemático, de execução metódica. Porém, lembra Armando Augusto de Godoy, para que se viabilize uma intervenção efetiva de remodelação de toda a cidade, é preciso ter consciência da necessidade do domínio técnico da topografia do terreno e da necessidade do levantamento cadastral.

No que diz respeito ao diálogo sobre planejamento entre o Brasil e Europa, temos a tentativa de Alfred Hubert - Donat Agache de observar a cidade do Rio de Janeiro à luz da metáfora organicista e do procedimento terapêutico em que veementemente acreditava. Este arquiteto urbanista partilhava, sobretudo, das teorias do biólogo escocês Patrick Geddes. Assumia o trabalho do urbanista como similar àqueles dos médicos, ou seja, a missão do urbanista seria diagnosticar, além disso, trata o caso patológico das cidades focalizando as funções urbanas. O plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro (fig. 01), analisado por Marisol R. Sosa e Roberto Segre, joga luz sobre as primeiras interpretações de Alfred Agache referentes a cidade do Rio de Janeiro e revela suas interlocuções (Sosa e Segre, in: Pereira, 2013).

Alfred Agache se manterá, em Armando Augusto de Godoy, como uma expressão viva da cultura francesa, presente no planejamento, de suas inúmeras obras do primeiro de arquiteto e de urbanista. Ele veio consolidar “*um novo campo do saber e poder que vinha sendo lentamente delineado no Brasil – o Urbanismo. (...) Agache tem um papel catalizador na consolidação de um projeto de reforma da cidade que prenuncia o ideário de construção de uma nova sociedade e de um novo Estado*”.² Numa ligeira referência relativa às ligações intelectuais, morais e políticas com a França destaca a ação da engenharia francesa no Brasil nas atuações do

2. Ribeiro, Luiz Cezar de Queiroz. Comentário feito no livro “O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”, de Denise Cabral Stuckenbruck, 1996.

Engenheiro *Louis Léger Vauthier* - aluno da *Escole Polytechnique de Paris* - que juntamente a outros franceses, foram entre nós mais que “*agentes técnicos*”, mas também representantes da cultura francesa, na primeira metade do século XIX, verdadeiros precursores da ação de Alfred Agache e do contingente da técnica e dos técnicos franceses.

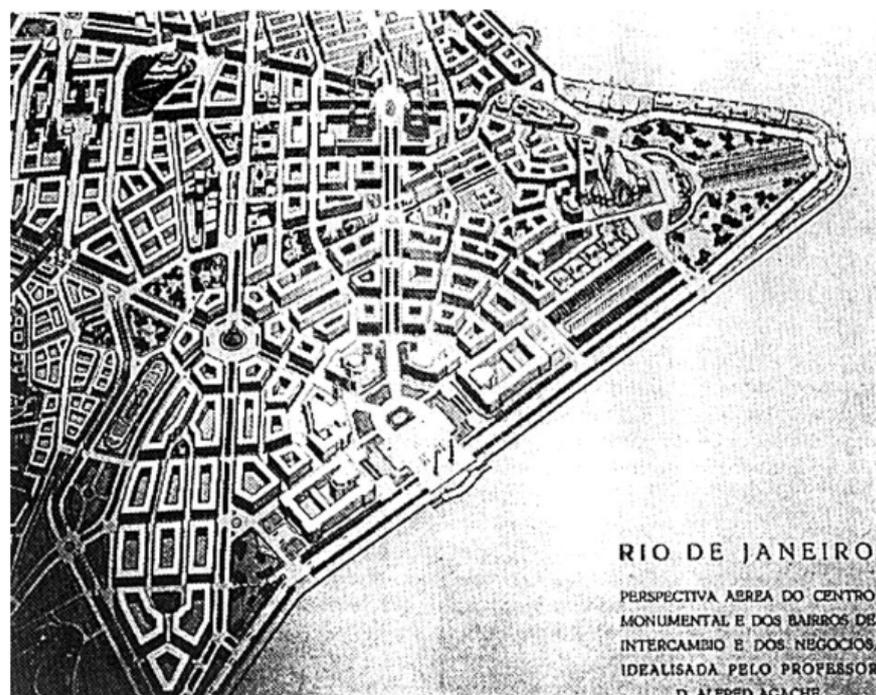


Figura 1 -Rio de Janeiro. Plano Agache (1930). Fonte: Lamas, 1985.

Para Armando Augusto de Godoy, o Plano Agache encerra soluções aceitáveis para várias questões fundamentais da Cidade do Rio de Janeiro. No Brasil profissionais urbanistas, como Armando Augusto de Godoy e Atílio Corrêa Lima, se destacam com suas interlocuções, permitindo reflexões sobre o itinerário da formação do pensamento urbanístico brasileiro. Nos estudos de Denise Cabral, a consolidação do urbanismo no Brasil, na primeira metade do século XX, no âmbito do campo disciplinar da engenharia, e não ainda da arquitetura, pode ser interpretado como sendo a da disputa de mercado pelo urbanismo, do “*mercado emergente de intervenção na cidade*” (Stuckenbruck, 1996). Entretanto, para Rodrigo Faria (2007) o que existe são entradas diferentes nas questões urbanas, que se dão pelos dois campos disciplinares em questão; e no caso da engenharia não só pela intervenção em si, mas na conformação dos processos que necessariamente passavam pela criação daqueles serviços em âmbito público municipal. Os arquitetos não estão inseridos, ainda neste momento, nessa estruturação do urbanismo na esfera pública, ocorrendo somente a partir da criação das faculdades de arquitetura e urbanismo no final da década de 1940 (Leme, 2003). Somente após essa década é que a atuação dos arquitetos ocorrerá pela entrada das ideias do movimento moderno em arquitetura, articulado aos debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura

Moderna.

Segundo Rodrigo Faria (2013) uma análise sobre a contratação e a importância do urbanista Alfred Agache, orientada pelo interesse em conhecer a *“evolução urbanística da cidade”*, foi realizada por José de Oliveira Reis, engenheiro político e presidente da segunda comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1965. No diálogo de Reis, seja como leitor ou interlocutor de Armando Augusto de Godoy, fica claro a sua compreensão e posição favorável em relação à contratação de Alfred Agache e ao processo de institucionalização do urbanismo no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. O lugar profissional da engenharia na institucionalização do urbanismo brasileiro parece estar relacionado diretamente com a contratação de Alfred Agache para o estudo do primeiro plano de remodelação, extensão e embelezamento da cidade, *visando orientar seu crescimento normal, sistematizando sua expansão natural, metodizando sua vida coletiva e organizando-a administrativamente para atender suas necessidades futuras* (Reis, 1965. In: Faria, 2013, p.29/30).

A CIDADE CAPITAL E CIDADE MODERNA

É preciso reconhecer que de fato, como engenheiro municipal, Armando Augusto de Godoy sentiu de perto os complexos problemas do Rio de Janeiro e acompanhou as transformações urbanas da Capital por vários governos que se sucederam sem harmonia de continuidade de ação. Nas suas interlocuções expõe os princípios do urbanismo moderno e a necessidade de planos de gerais, utilizando da linguagem metafórica organicista. Adota e indica procedimentos terapêuticos, faz uma retrospectiva através dos séculos mostrando que a cidade é uma resultante dos elementos que a procuram através das vias de comunicação que para ela convergem. Mostra a dependência e subordinação da cidade às vias de circulação terrestre, fluviais ou marítimas que sobre ela incidem.

Diante da concepção e das principais condições de uma cidade moderna e sua ação civilizadora e econômica, Armando Augusto de Godoy conclui que *“quão longe estão de ser consideradas cidades modernas as nossas capitais. Para remodelá-las, afim de pôr ao nível de muitas que se encontram na Europa e nos Estados Unidos, é necessário um esforço contínuo, enérgico e bem orientado durante muitos lustros”* (Godoy, [1926] 1943, p.33). Para ele a cidade moderna é a cidade capital, os atributos que a cidade moderna deve possuir são pensados para a cidade capital. Entendia que *“após vinte e quatro anos de remodelações parciais”*, sem que nenhuma *“obedecesse à segura orientação de uma bem comprovada autoridade em estética e higiene urbana, somente “um plano completo de melhoramentos e expansão, organizado sob as vistas de um urbanista de renome universal”* conduziria rumo à solução dos problemas fundamentais da cidade do Rio de Janeiro. (Godoy, [1927] 1943, p.45).

Armando Augusto de Godoy percebe que é possível reverter os efeitos de algumas escolhas políticas, evitar erros e apropriar de métodos e procedimentos considerados exemplares relevantes de planos desenvolvidos para as cidades europeias e norte-americanas. Segundo o Engenheiro Francisco Batista de Oliveira³, Armando Augusto de Godoy, “urbanista patricio”, considera a reforma da estética e a higiene urbana, mais que uma simples preocupação de ordem profissional, um autêntico ideal, uma verdadeira aspiração.

Assim como o engenheiro-arquiteto Anhaia de Mello, Armando Augusto de Godoy vive também uma estreita relação entre higiene, traçado ordenado e estética arquitetônica que encontra-se bastante difundida no meio profissional especializado como elemento formador do cidadão. Anhaia de Mello, dentre outros profissionais do urbanismo, conheceu esta posição com seu professor Victor da Silva Freire no período de sua formação acadêmica e conviveu no início de sua carreira de docente com obras de execução dos projetos de intervenção na área central de São Paulo. Estas obras foram responsáveis pela imposição de uma concepção estética que exigia eliminar o traçado colonial da cidade e estabelecer um padrão arquitetônico considerado moderno para os novos edifícios que vinham ocupar vazios urbanos ou substituíam as antigas construções em taipa. Em 1929, Anhaia de Mello utiliza termos fundamentais da vertente sociológica de base organicista, evidentes quando afirma ser uma das questões mais difícil de solução “*o problema de governo e administração, ou a anatomia e a physiologia desses organismos tão complicados, as cidades*”. Esta terminologia orienta a proposta funcional de recortar a cidade em áreas de usos específicos e complementares por meio de leis de zoneamento. *Para ele a espinha dorsal do urbanismo era o zoneamento.* (Bresciani: In Faria, et al. 2014, p. 243 e 247)

No ano de 1931⁴, Armando Augusto de Godoy deixa vestígios de uma posição pedagógica de formar o cidadão e de um dever de divulgação dos princípios modernos do urbanismo. A principal intenção, junto a opinião pública, é de formar um ambiente favorável às intervenções urbanas e às aspirações de desenvolvimento e progresso contido dentro de um limite prático que permitisse levar à plena execução um plano de conjunto no modo mais “*econômico e perfeito*”, afim de que a cidade capital do Distrito Federal se transformasse em uma “*urbs perfeitamente acabada*”. (Godoy, 1943).

A IDEIA DE CIDADE–JARDIM E A MUDANÇA DA CAPITAL GOIANA

Como os demais estados centrais do Brasil, possuidores de grandes extensões territoriais, o Estado de Goiás também passou por várias experiências com o objetivo

3. Presidente do Comitê Nacional de Urbanismo, em 1943, no prefácio do livro “*A urbs e seus problemas*” de Armando Augusto de Godoy.

4. Constam no Livro “*A urbs e seus problemas*”(GODOY,1943) a publicação 11 textos que revelam a atuação de

de atingir a prosperidade em épocas que antecederam a fase de larga expansão do capitalismo na economia nacional. Entre todas as tentativas, a ideia de mudança da capital goiana destaca-se como a principal medida para resolver os problemas do Estado.

Decretado o Estado Novo, as forças políticas de 1930 buscavam sua legitimidade no espaço político goiano. Neste momento, o Estado toma para si a tarefa de construir a nação, ainda que à custa da centralização política e administrativa. Ao debater a questão, argumentava Pedro Ludovico Teixeira que dois outros estados da Federação – Sergipe e Minas Gerais – tinham obtido sucesso total ao mudar suas capitais em 1855 e 1897, respectivamente. Era a melhor forma que encontrava para demonstrar o desejo e a necessidade que tinham os goianos de participar do projeto nacional. O discurso do progresso definia, assim, os ideais a serem conquistados. Este ponto de vista encontra ressonância nas observações de Armando Augusto de Godoy que atribuiu *“o pouco ponderável progresso de nosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandirem e estimularem as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo.”* (Godoy, [1933]1943, p.213).

Costuma-se mencionar a transferência da capital do estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para a cidade de Belo Horizonte como símbolo deste anseio de modernização urbana no Brasil e conseqüente negação das estruturas urbanas coloniais que podiam ser encontrados na virada do século XIX para o século XX. As evidências de algumas transformações urbanas no Rio de Janeiro e nas principais conquistas daquela capital no campo do urbanismo no decorrer de várias administrações, passam a ser observadas sobremaneira nos aspectos sistematizados com muita propriedade por Armando Augusto de Godoy.

Em seus aspectos globais, o movimento que levou à mudança da capital mineira é, no conjunto, o que mais se assemelha ao processo que determinou a transferência da capital goiana. A colonial cidade de Villa Boa de Goyaz – chamada regionalmente de Goiás Velho -, faz parte do grupo de cidades espalhadas pelo Brasil, cuja topografia muito irregular foi estrategicamente aproveitada pelos colonizadores portugueses mediante a adoção de traçados reguladores. Para muitos, a mudança da capital do Estado de Goiás reflete o vigoroso impulso da civilização. Roberta Marx Delson (1997), pioneira na publicação de estudos sobre o assunto, percebe a existência de uma padronização na construção de vilas no Brasil Colônia. Segunda esta pesquisadora, os portugueses planejaram e construíram novas vilas e aldeias no sertão brasileiro com o intuito de supervisionar e civilizar grandes extensões de terras por meio de um plano diretor de longo alcance.

Nos dois casos, em Minas Gerais e Goiás, houve forte campanha contra a mudança, sob o argumento central de que a situação financeira das unidades federativas desaconselhava medida de tamanho vulto. Em contrapartida, os educador urbano de Armando Augusto de Godoy.

mudancistas apostavam no acerto da medida e das consequências “salutares e fecundas” que resultariam da deslocação do eixo econômico e administrativo para uma região onde fosse possível incrementar o ganho econômico e o bem-estar social de suas comunidades. Goiânia, com a elaboração do seu plano de urbanização, concebido em 1933, é um exemplo de compreensão objetiva dos problemas nacionais na década de 1930.

No plano de urbanização da nova capital do Estado de Goiás, o planejamento da cidade, a organização hierárquica das vias e a definição de políticas de construção mediante códigos de edificações, foram estratégias adotadas que caracterizaram, à época, uma parte da modernização dos grandes centros urbanos brasileiros a partir de 1930. Armando Augusto de Godoy neste período escreveu um texto intitulado: “*A cidade-jardim*”, destacando o papel civilizador e a inegável utilidade social das cidades. Para ele, a cidade deve ser pensada como um espaço em que a natureza esteja presente.

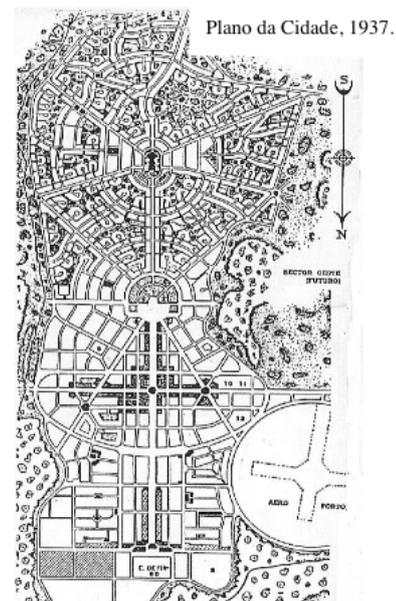
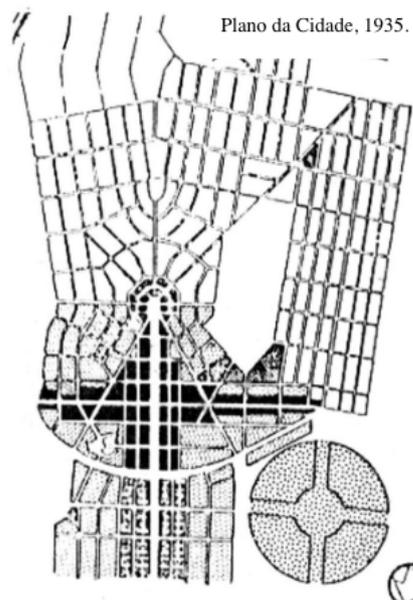
Armando Augusto de Godoy faz referência em seus textos de exemplos brasileiros influenciados pelas ideias de Howard. Refere-se à São Paulo, onde a partir de 1913 deu-se a instalação da *City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd.*, e à cidade do Rio de Janeiro, para qual Alfred Agache, em seu plano “*A cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento*” (1930), propôs a criação de duas cidades-jardins – uma para a Ilha do Governador e outra para a Ilha de Paquetá. Vale ressaltar, a oportunidade que o Armando Augusto de Godoy teve de conhecer, junto com Alfred Agache, algumas cidades-jardins na Europa: Suresnes e Robinson, exemplos típicos de cidades destinadas somente às famílias de operários. Ambas se encontram nos arredores de Paris e foram construídas por iniciativa e sob a direção do Comitê do Departamento do Sena.

GOIÂNIA E A CONCILIAÇÃO DE MODELOS ADVERSOS DE CIDADES

Goiânia destaca-se na historiografia do urbanismo brasileiro compondo o grupo de cidades novas, planejadas, constituídas e construídas durante o período de um século, que vai de 1855, com a criação de Aracaju, até 1960 com a inauguração de Brasília. A nova capital do Estado de Goiás, teve seu núcleo urbano inicial (fig. 2 e 4) concebido por Atílio Corrêa Lima (1933-1936) e parcialmente modificado (fig. 3 e 5) pelo do escritório Coimbra Bueno com base nas ideias de Armando Augusto de Godoy (1936-1938).

Uma das primeiras menções que faz referência de Goiânia fora do Brasil foi escrita no livro de Wermer Hegemann, *City Planning Housing*, em seu volume III, publicado em 1936, acompanhada de um desenho do Setor Sul, Hegemann nota que foi projetado um “*city planner*”, com “*a aplicação do padrão de ruas com cul-de-sac e um cinturão de parques circundando-as*” e informa que se tratava de uma

“cidade inteira planejada para uma população eventual de 50 mil”. Do ponto de vista urbanístico, em um livro pouco mencionado, de Francis Violich, como título *Cities of Latin América*. Housing and planning to the south, publicado em 1944, encontram-se as primeiras referências sobre arquitetura e urbanismo moderno no Brasil. Violich (1944) observa que o plano da nova capital goiana representa o trabalho de vários planejadores e o pensamento de três escolas diferentes de planejamento “(...) a grelha tradição colonial portuguesa; a escola francesa de diagonais e radiais, presentes no traçado de Lima; a seção Radburn projetada por Armando Augusto de Godoy, distintamente norte-americana”. Pierre Lavedan, em livro clássico sobre a história do urbanismo contemporâneo, publicado em 1952, registra a cidade de Goiânia. Conclui suas observações dizendo que conciliam-se em Goiânia modelos antagônicos de cidade. Passa-se da regularidade clássica do centro cívico, marcado por amplas avenidas, “parkways” e grandes espaços promotores de uma intensa circulação, para a sinuosidade das vias arborizadas de um bairro residencial, onde ruas radiais e anulares delimitam os setores que são penetrados por vias sem saída (Andrade, 2004. p. 76/78).



Figuras 2 e 3 –Plano de Urbanização de Atílio Corra Lima, 1935 (esquerda); Plano de Urbanização Modificado 1937, pelo Escritório Coimbra Bueno (direita). Fontes: Manso, 2001



Figuras 4 e 5 –Praça Cívica de Atílio Corra Lima, 1935 (esquerda) e Praça Cívica modificada pelo Escritório Coimbra Bueno (direita). Fontes: Manso, 2001.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente texto caracteriza-se pela discussão, das múltiplas linguagens do urbanismo, atenta às singularidades de cada momento, no manejo de diferentes maneiras e escalas interpretativas a partir das interlocuções de Armando Augusto de Godoy. Interessa discutir a atuação deste profissional no setor público de urbanismo, no ensino, na produção intelectual em artigos, livros e revistas, nos planos urbanísticos e na participação no planejamento urbano e regional brasileiro.

Explorar diferentes aspectos da relação entre a trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy e a narrativa histórica relacionada ao campo do urbanismo é um dos objetivos da pesquisa que se iniciou com a expectativa de contribuir com as discussões e estudos sobre as atividades profissionais de urbanistas que atuaram no Brasil entre os séculos XIX e XX. O urbanismo recorreu a uma estrutura discursiva na qual *a narrativa da emancipação individual e coletiva, imaginada como progresso e superação do obscurantismo e da ignorância. Sobre essa narrativa, fundou-se a respeitabilidade e a legibilidade da ciência moderna.* Portanto, é oportuno compreender que o urbanismo ocupa-se *das transformações dos territórios, do modo como elas acontecem e aconteceram, dos sujeitos que as promovem, de suas intenções, das técnicas utilizadas, dos resultados esperados, dos êxitos obtidos, dos problemas que surgem, um de cada vez, induzindo novas transformações.* (Secchi, 2012 – p. 18/21).

Com o presente estudo adentramos na discussão da formação do campo conceitual de estudos urbanos como possibilidade de aclarar experiências urbanas sob seus múltiplos aspectos. Ao lado de uma leitura interpretativa e crítica da linguagem escrita e das múltiplas linguagens do urbanismo podemos destacar no discurso técnico de Armando Augusto de Godoy temas integrantes da realidade urbana do Rio de Janeiro e da prática do urbanismo da época: higiene, estética e política. Neste sentido a ação deste urbanista, apresenta-se não só como algo que propõe um fim a um processo de agravamento das condições da cidade do Rio de Janeiro, mas como o anúncio de um virtuoso processo de sua própria melhoria. Nos seus textos ele permite considerar junto, tanto os vestígios concretos da aplicação prática do urbanismo quanto os discursos a ela referidos.

A análise comparativa e as pesquisas de práticas urbanísticas e das soluções propostas e efetivadas por urbanistas norte-americanos e europeus expõem a forma que Armando Augusto de Godoy argumenta e justifica as suas sugestões de como fazer urbanismo. Na forma de diagnóstico, o levantamento dos problemas urbanos e de como foram enfrentados pelas autoridades locais configura um procedimento presente nos seus primeiros textos da década de 1920. Nos textos da década de 1930, expõe a explícita interdependência da cidade e região, com destaque para o modelo de cidade-jardim, o problema do tráfego através do plano de remodelação, as rodovias ligando cidade-campo e o veículo automotor sob o ponto de vista do

urbanismo.

A cidade-jardim, a unidade de vizinhança e o plano de Radburn são referências assinaladas por Armando Augusto de Godoy nas discussões sobre a concepção e construção da cidade de Goiânia. Numa perspectiva local de intervenção sugere para o Setor Sul da cidade de Goiânia, enquanto princípio de organização do espaço residencial unifamiliar, uma solução baseada na experiência norte-americana de Radburn e nas teorias do desenho urbano e da composição de bairros de baixa densidade segundo os modelos de Unwin. Numa perspectiva regional adota a ideia de cidade-jardim com o crescimento da cidade por unidades de tamanho limitado – presenças do cinturão verde e cidades satélites.

As interlocuções e narrativas de Armando Augusto de Godoy possibilitam analisar diferentes linguagens e diversos saberes sobre as cidades. A morfologia urbana e o desenho da cidade, resultantes das transformações vivenciadas por ele, no início do século XX, revela uma opção pela linhagem de urbanistas que criticam as más condições da vida urbana e propõe relativo retorno à natureza, tal como E. Howard, R. Unwin, A. Agache e P. Gueddes. As ideias e heranças presentes nas formas urbanas estabelecidas no Rio de Janeiro e na cidade de Goiânia são impressões derivadas dos textos, das iconografias, do contexto, do conhecimento, sendo estas apreendidas por meio da leitura de exemplos situados na história.

Parafraseando Pesavento⁵, neste envolver com o projetar de uma *“cidade que se quer”* sobre a cidade que se tem, o que vale resgatar é que a *“cidade do desejo”* existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a idealizou, projetou e a quis concretizar. Compreender a cidade real através da leitura de suas representações e das metáforas organicistas presentes nos textos escritos de Armando Augusto de Godoy é um dos nossos desafios.

Numa primeira aproximação com o tema pode-se afirmar que a fundação de cidades brasileiras e sua conformação com características próprias são herdadas de um saber fazer português e de um processo singular de conciliação de modelos adversos de cidades aliado ao crescimento e expansão dos assentamentos, a partir do século XIX e, principalmente, no século XX, com o advento da industrialização e a crescente migração do campo-cidade.

Ao realizar a revisão literária a respeito do tema espera-se identificar categorias analíticas sobre a construção e institucionalização do urbanismo como campo disciplinar e prática profissional. Numa perspectiva complementar pretende-se confrontar e explorar a questão da morfologia urbana, considerando a lógica de produção do espaço urbano articulada com as estratégias políticas-sociais da produção e transformação da forma urbana no tempo da atuação profissional de Armando Augusto de Godoy.

5. PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1995. *Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, p. 279/290.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. 2004. *A construção historiográfica da cidade e do urbanismo moderno no Brasil: o caso das cidades novas planejadas*. In: PINHEIRO, Eloísa P.; GOMES, Marco Aurélio A. F. (orgs.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA. 73/89.
- LEME, M. C. S. 2003. *Os desafios do urbanismo no Brasil: ensino e profissão*. In: *Urbanismo em questão*. Denise Barcellos Machado, Margareth da Silva Pereira, Rachel Coutinho Marques da Silva. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB.
- SOSA, M. R. e SEGRE, R. 2013. *O Plano agache para o Rio de Janeiro (1927-1930): diálogos com a Escola Francesa de Urbanismo no final da década de 1920*. IN: PEREIRA, Elson M. 2013. *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. 2ª ed. Ver. Atual – Chapecó: Argos (debates: 3)
- CALABI, Donatella. 2012. *História do Urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. Trad. Marisa Barda, Anita Di Marco. SP: Perspectiva.
- DELSON, R. M. 1997. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD.
- FARIA, R., CERASOLI, J. e LIRA, F. 2014. *Urbanistas e Urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias*. São Paulo: Alameda, 29/30.
- FARIA, Rodrigo Santos de. 2013. *O Urbanista e o Rio de Janeiro: José do Oliveira Reis, uma biografia profissional*. São Paulo: Alameda, 29/30.
- GODOY, Armando A. de. 1943. *A Urbs e os Seus Problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.
- HALL, Peter. 1988. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva.
- LAMAS, J.M.R.G. 1992. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian/JNIC.
- MANSO, C. F.A 2001. *Goiânia: uma concepção moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: ed. do autor.
- REIS FILHO, 2000. Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, (Uspiana 500 anos).
- REIS, José de O, 1965. *As administrações municipais e o desenvolvimento urbano*. In: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos* -p.125/160. IN: FARIA, 2013. *O urbanista e o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional*. SILVA, Luciana. 2003. *História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*. RJ: E-Papers Serviços Editoriais.
- STUCKENBRUCK, D C. 1996. *O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20*. RJ: Observatório de Políticas Urbanas / IPPUR / FASE.
- SECCHI, Bernardo. 2012. *Primeira lição de urbanismo* [tradução Marisa Barda e Pedro M.R. Sales]. São Paulo: Perspectiva. (Debate; 306/dirigida por J. Guinsburg).
- FARIA, Rodrigo et.al 2007. *José de Oliveira Reis, urbanista em construção: uma trajetória profissional no processo de institucionalização do urbanismo no Brasil (1926-1965/1966)*. Tese de Doutorado em História, IFCH-UNICAMP. Disponível em <http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/tese/fariarodrigos-tese.pdf> - visitado em 04/09/2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143